

## Transição socioecológica em territórios urbanos: o caso do Rolê Agroecológico em São Paulo

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17393130>

### Rosane Santiago<sup>1</sup>

Instituto Nia Hub de Ciência, Tecnologia e Inovação Social

ID ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-7203-5963>

E-mail: [ro.santiago@niahub.org.br](mailto:ro.santiago@niahub.org.br)

### Camila Montevechi<sup>2</sup>

Fundação João Pinheiro | Instituto Nia Hub de Ciência, Tecnologia e Inovação Social

ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9096-5214>

E-mail: [camila.montevechi@gmail.com](mailto:camila.montevechi@gmail.com)

### Helena Grundig<sup>3</sup>

Instituto Nia Hub de Ciência, Tecnologia e Inovação Social

ID ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-1184-0439>

E-mail: [helena.grundig@niahub.org.br](mailto:helena.grundig@niahub.org.br)

### Resumo

O agravamento da crise climática tem impulsionado a busca por arranjos de governança intersetoriais e socioestatais inovadores, orientados para a justiça social. No Brasil, a agroecologia urbana e periurbana desponta como estratégia de transição socioecológica, articulando produção de alimentos saudáveis, regeneração ambiental, inclusão produtiva e fortalecimento comunitário. Este artigo analisa o caso do Rolê Agroecológico, implementado no município de São Paulo em 2024, no âmbito do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Trata-se de uma experiência inédita de política pública intersetorial, que conecta estudantes da rede municipal, educadores e agricultores urbanos, periurbanos e rurais por meio de vivências pedagógicas em unidades produtivas e parques. A pesquisa, de caráter qualitativo e descritivo, baseou-se na

---

<sup>1</sup> Gestora de políticas públicas pela Universidade de São Paulo (USP), com especialização em Gestão Exponencial e Negócios do Futuro. É a fundadora e diretora-presidente do Nia Hub. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0561560278445294>.

<sup>2</sup> Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), possui formação em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo (USP), mestrado em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro (FJP) e especialização em Políticas Públicas pela University of La Verne, EUA. Ela é assessora estratégica em monitoramento e avaliação e professora da FJP e uma das fundadoras do Instituto Nia Hub. VV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5547387628444449>.

<sup>3</sup> Mestra em Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo (USP), com MBA em Direito Público e Gestão Pública pela Faculdade Legale, MBA em Negócios Sustentáveis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e especialização em Gestão Responsável para Sustentabilidade pela Fundação Dom Cabral (FDC). Ela é uma das fundadoras e atua como Diretora de Novas Economias do Instituto Nia Hub. CV lattes: <http://lattes.cnpq.br/6857216271141799>.

sistematização de relatórios técnicos, dados quantitativos e registros de monitoramento, interpretados à luz da literatura sobre governança socioecológica, inovação social e agroecologia feminista. Os resultados evidenciam impactos expressivos, tais como, a consolidação do credenciamento e da assessoria técnica como mecanismos centrais de qualificação das unidades produtivas, as melhorias nas condições de acolhimento e regularização institucional, a ampliação da diversidade produtiva e a preparação das propriedades para receber vivências pedagógicas. O projeto também promoveu experiências inclusivas, articulando alimentação saudável, práticas educativas e contato direto com a agroecologia. Em conjunto, esses elementos reposicionam a produção local como espaço de aprendizagem, renda e sustentabilidade nos territórios urbanos e periurbanos, constituindo-se em um laboratório vivo de transição socioecológica.

Palavras-chave: Transição socioecológica. Agroecologia urbana. Governança intersetorial. Inovação social. Agroecologia feminista.

## **Socioecological transition in urban territories: the case of the Rolê Agroecológico in São Paulo**

### **Abstract**

The worsening climate crisis has driven the search for innovative intersectoral and socio-state governance arrangements oriented toward social justice. In Brazil, urban and peri-urban agroecology has emerged as a strategy for socioecological transition, combining the production of healthy food, environmental regeneration, productive inclusion, and community strengthening. This article analyzes the case of the Rolê Agroecológico, implemented in the municipality of São Paulo in 2024 under the Civil Society Organizations Regulatory Framework (MROSC). It represents an unprecedented experience of intersectoral public policy, connecting municipal students, educators, and urban, peri-urban and rural farmers through pedagogical field visits to production units and parks. This qualitative and descriptive research was based on the systematization of technical reports, quantitative data and monitoring records, interpreted in light of the literature on socioecological governance, social innovation, and feminist agroecology. The results show significant impacts, such as the consolidation of accreditation and

technical assistance as central mechanisms for qualifying production units, improvements in reception conditions and institutional regularization, the expansion of productive diversity, and the preparation of farms to host pedagogical experiences. The project also promoted inclusive practices, combining healthy eating, educational activities and direct contact with agroecology. Together, these elements reposition local production as a space of learning, income and sustainability in urban and peri-urban territories, constituting a living laboratory of socioecological transition.

Keywords: Socioecological transition. Urban agroecology. Intersectoral governance. Social innovation. Feminist agroecology.

## **1 Introdução**

As últimas décadas têm sido marcadas pelo aprofundamento de uma crise climática de dimensões globais, cujos efeitos ultrapassam as fronteiras do meio ambiente e se manifestam em múltiplas dimensões sociais, políticas e econômicas. O aumento da temperatura média do planeta, a intensificação de eventos extremos, a perda de biodiversidade e a escassez hídrica são acompanhados pela ampliação de desigualdades estruturais e pela precarização das condições de vida de populações vulnerabilizadas (IPCC, 2023). Trata-se de um fenômeno complexo, multifatorial e transgeracional, que desafia governos, mercados e sociedades civis em diferentes escalas (Berkes; Folke, 2000; Bulkeley, 2010).

Além de um problema ambiental genuinamente relevante e preocupante, as mudanças climáticas revelam-se uma questão socioecológica: implicam tanto os modos de vida e os arranjos produtivos quanto os regimes políticos que sustentam a apropriação da natureza como recurso e depósito de resíduos (Fraser, 2024). Os sistemas agroalimentares hegemônicos são exemplos paradigmáticos dessa lógica, operando como vetores de degradação ambiental e injustiça social. Ao mesmo tempo, mostram-se altamente vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas (Schwartzman; Machado; Norde, 2025).

Nesse sentido, a literatura recente tem recorrido ao conceito de **transição socioecológica** para designar processos de reorganização sistêmica que ultrapassem ajustes incrementais e apontem para novas formas de produção, consumo e convivência (Dardot; Laval, 2017;

Van Neste; Melé; Larrue, 2024). Essa transição é particularmente premente no campo alimentar e demanda a construção de sistemas alternativos que sejam simultaneamente sustentáveis, resilientes e socialmente justos, sendo capazes de enfrentar a fome e a má nutrição enquanto protegem os ecossistemas (Schwartzman; Machado; Norde, 2025). Tal mudança também requer inovações institucionais e culturais que possam transformar as relações entre sociedade e natureza, reconhecendo esta última como sujeito de direitos e não apenas como estoque de insumos.

Nesse cenário, o Campo de Públicas assume um papel estratégico. Enquanto campo interdisciplinar de estudos orientado pelo interesse público, ele reúne aportes da administração, da ciência política, da sociologia, da economia, da gestão social e de áreas correlatas, consolidando-se como um espaço de produção de conhecimento e de práticas voltadas à ação coletiva. Do ponto de vista acadêmico, a área oferece ferramentas analíticas para compreender problemas públicos complexos e propor arranjos de governança capazes de enfrentá-los (Andion, 2023). Do ponto de vista prático, ela se manifesta em políticas, programas e ações públicas que operam como laboratórios vivos de transição socioecológica, ao testar soluções em contextos locais, gerar aprendizados e, em alguns casos, alcançar escala e institucionalidade.

Contudo, a experiência internacional demonstra que há um descompasso entre a retórica dos compromissos climáticos e a implementação efetiva de medidas mitigatórias e adaptativas (Bulkeley, 2010). A distância entre declarações normativas e práticas concretas é particularmente evidente em países do Sul Global, onde restrições financeiras e institucionais limitam a capacidade de resposta (IPCC, 2023). Ao mesmo tempo, nesses contextos, emerge uma multiplicidade de inovações sociais e institucionais, frequentemente conduzidas por arranjos intersetoriais e por Organizações da Sociedade Civil (OSCs), que ampliam a resiliência comunitária e propõem caminhos alternativos de transição (Andion, 2023; Armitage; Berkes; Doubleday, 2007).

Nos grandes centros brasileiros, em que a urbanização exerce intensa pressão sobre territórios agrícolas, a agroecologia urbana e periurbana tem se afirmado como eixo estratégico para a transição socioecológica. Mais do que um modelo produtivo, a agroecologia afirma-se como um processo de ciência cidadã e ação participativa que, por meio do diálogo de saberes, conecta conhecimentos técnicos e ancestrais para cocriar soluções locais. Dessa forma, ela promove a regeneração dos ecossistemas, fortalece a

autonomia das comunidades e valoriza os circuitos curtos de abastecimento (Altieri, 2018). Ao integrar a produção de alimentos saudáveis à inclusão produtiva, à educação e à regeneração ambiental, a agroecologia urbana consolida-se como um vetor de justiça climática e social, articulando soberania alimentar com equidade de gênero e protagonismo juvenil nas metrópoles (Siliprandi, 2015; Petersen; Dias, 2014).

No contexto local da cidade de São Paulo, a história da agroecologia paulistana remonta a 1987, quando a cidade participou do projeto Hortas Urbanas, organizado pelo governo de Franco Montoro. Esse programa incentivava o cultivo de alimentos em áreas urbanas e promovia práticas de manejo mais “naturais”. Podemos considerar esse momento um marco que deixou um legado importante e perceptível no território. Desde então, diversos projetos de incentivo à produção sustentável foram implementados no município. Apesar das oscilações na manutenção e na continuidade das políticas públicas de incentivo à produção sustentável, nos últimos anos destacam-se a aprovação e a implementação de importantes atos normativos, bem como de planos setoriais e intersetoriais.

No que tange às características geográficas, em 2014, com a aprovação do Plano Diretor Estratégico (Lei Municipal nº 16.050/2014), que substituiu o documento vigente desde 2002, passou a ser reconhecida oficialmente a existência da zona rural no município de São Paulo. Ela abrange uma área de 445 km<sup>2</sup>, o que representa aproximadamente 28,4% da área total da cidade. Quanto à agricultura urbana e periurbana, o principal marco legal do município é a Lei Municipal nº 13.727, de 12 de janeiro de 2004, que institui o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana, e seu Decreto Regulamentador nº 51.801, de 2010. Essas ações normativas foram fortalecidas por esforços intersetoriais, resultando na Lei Municipal nº 16.140/2015 e no seu Decreto Regulamentador nº 59.913/2016. Ambos estabeleceram a meta de inserir alimentos 100% orgânicos na Rede Municipal de Ensino, no Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável de 2022 e no currículo da cidade. Isso foi feito por meio da proposição de diretrizes sobre educação ambiental e nutricional, publicadas em 2024.

À vista disso, nota-se que, em São Paulo, a trajetória das políticas públicas recentes revela uma busca pela redução de desigualdades estruturais e pela integração de soluções que conectem justiça social, direito à alimentação e sustentabilidade ambiental. A incorporação da agroecologia, no referido plano municipal, representa um passo significativo rumo à transição socioecológica no território e à transformação dos sistemas

alimentares locais. Tais iniciativas alinham-se a uma agenda de transição socioambiental, na qual a produção de alimentos passa a ser não apenas uma atividade econômica, mas também um mecanismo de regeneração dos territórios e de valorização de saberes tradicionais.

Segundo a Food System Economics Commission (2022), a transformação dos sistemas alimentares globais não só é viável, como também traz retornos econômicos em torno de trilhões de dólares ao ano. Consequentemente, reforça-se a importância de políticas públicas e mercados que integrem produção sustentável, inclusão e saúde ambiental. Esse estudo global fornece base econômica sólida para argumentos a favor da transição para sistemas alimentares sustentáveis. No contexto paulistano, isso significa enfrentar desigualdades históricas — como a concentração de terras, o acesso limitado a recursos e a vulnerabilidade de pequenos agricultores — por meio de ações que combinam assistência técnica, acesso aos mercados institucionais e apoio às transições produtivas sustentáveis.

Em 2023, a Prefeitura Municipal de São Paulo abriu uma chamada pública para execução do projeto Rolê Agroecológico, no âmbito do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) — Brasil (2014). O propósito dessa iniciativa é promover Educação Alimentar e Nutricional (EAN), sustentabilidade e agroecologia, conectando estudantes, educadores e agricultores do município a partir de vivências pedagógicas em hortas urbanas, periurbanas e rurais, bem como em parques municipais urbanos, lineares e naturais. O projeto é uma articulação intersecretarial que envolve a Secretaria Municipal de Educação (SME), a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET) e a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA). É executado por duas OSCs, pelo Centro de Recuperação e Educação Nutricional (Cren) e pelo Instituto Nia Hub de Ciência, Tecnologia e Inovação Social, esta última representada pelos autores deste artigo.

O presente artigo parte da análise qualitativa dessa experiência para discutir como a agroecologia urbana pode se configurar como estratégia de transição socioecológica em contextos urbanos complexos. A escolha do Rolê Agroecológico como estudo de caso justifica-se por sua inovação metodológica, pela escala inédita em que foi implementado e pela sua capacidade de articular dimensões técnicas, pedagógicas, institucionais e econômicas.

O objetivo do trabalho é duplo. Em primeiro lugar, busca-se compreender como a experiência analisada materializa princípios de governança adaptativa e intersectorialidade, respondendo aos desafios da crise climática em escala local. Em segundo lugar, procura-se refletir sobre as potencialidades e os limites desse tipo de arranjo para inspirar políticas públicas estruturantes de transição socioecológica. Nesse percurso, será também considerada a importância de uma abordagem feminista e interseccional da agroecologia urbana e periurbana, ainda em construção, mas que já desponta como eixo inescapável de justiça climática e sucessão geracional.

Portanto, ao articular fundamentação teórica, estudo de caso e discussão crítica, o artigo pretende contribuir tanto para o aprofundamento acadêmico do Campo de Públicas quanto para o debate prático sobre as condições de formulação e institucionalização de políticas públicas voltadas à transição socioecológica.

## **2 Fundamentação teórica**

### **2.1 Crise climática e transição socioecológica**

A crise climática contemporânea é amplamente reconhecida como um dos maiores desafios da humanidade. Relatórios recentes do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) demonstram que as emissões globais de gases de efeito estufa continuam a crescer, comprometendo a meta de limitar o aquecimento a 1,5°C (IPCC, 2023). Os efeitos já visíveis incluem a intensificação de eventos extremos, como secas, enchentes e ondas de calor, e a perda acelerada de biodiversidade, com impactos diretos sobre saúde, segurança alimentar e deslocamentos humanos forçados.

Para além de seus aspectos ambientais, trata-se de um fenômeno que desafia a organização social e política. A literatura aponta que a crise climática resulta da apropriação capitalista da natureza, que transforma bens comuns em recursos privados e considera o planeta como um mero depósito de resíduos (Fraser, 2024). Os sistemas agroalimentares industriais ilustram essa dinâmica (Schwartzman; Machado; Norde, 2025). Tal processo gera desigualdades profundas, pois seus efeitos atingem populações em vulnerabilidade de forma desproporcional.

Diante desse quadro, emerge o conceito de transição socioecológica, entendido como uma reorganização sistêmica necessária para construir sociedades sustentáveis. Não se trata

apenas de uma transição energética ou tecnológica, mas, sim, de uma mudança cultural, institucional e política, capaz de redefinir os modos de produção, consumo e convivência (Dardot; Laval, 2017; Van Neste; Melé; Larrue, 2024). A transformação dos sistemas alimentares em direção a modelos mais justos e sustentáveis também é objeto dessa reorganização, sendo, portanto, um eixo estratégico incontornável no processo de transição (Schwartzman; Machado; Norde, 2025). Tal necessidade envolve múltiplas escalas e atores, exigindo tanto políticas públicas estruturantes quanto experimentações locais.

## 2.2 Governança socioecológica e adaptativa

O enfrentamento da crise climática exige novas formas de governança. Modelos tradicionais, centralizados e hierárquicos têm se mostrado insuficientes para lidar com problemas complexos e incertos (Steelman, 2016). Nesse contexto, ganha destaque a noção de governança socioecológica (Berkes; Folke, 2000), que enfatiza a interdependência entre sistemas sociais e ecológicos e propõe abordagens integradas.

Um dos caminhos apontados é o da governança adaptativa, que se caracteriza pela flexibilidade, pela capacidade de aprendizagem contínua e pela articulação de múltiplos níveis de decisão (Folke *et al.*, 2005; Armitage; Berkes; Doubleday, 2007). Tais arranjos privilegiam a participação de diferentes atores — governos, sociedade civil e comunidades locais — na definição e na implementação de estratégias. A abordagem reconhece que não há soluções universais, mas, sim, processos situados que dependem do contexto territorial.

No âmbito urbano, Bulkeley (2010) argumenta que as cidades têm papel central na governança climática, pois concentram tanto as causas quanto os efeitos das mudanças ambientais. Por essa razão, experiências municipais podem constituir laboratórios de inovação, ao implementar medidas de mitigação e adaptação em escalas próximas ao cotidiano das populações.

## 2.3 O comum e a coprodução do bem comum

Outra vertente teórica relevante é o debate sobre a noção de comum, isto é, o que é compartilhado por muitos. Em contraposição à privatização de recursos ou à gestão exclusivamente estatal, autores como Ostrom (1990) demonstraram que comunidades podem desenvolver regras e instituições próprias para gerir bens comuns de forma

sustentável. Essa abordagem evidencia que a cooperação, a confiança e a governança local são elementos centrais para a sustentabilidade.

Em perspectiva mais recente, Dardot e Laval (2017) defendem que o comum não é apenas um regime de propriedade, mas também um princípio político, que reorganiza a vida coletiva a partir da ideia de corresponsabilidade. Sendo assim, a gestão dos comuns implica práticas de coprodução do bem comum, em que múltiplos atores compartilham a responsabilidade por recursos e territórios.

No campo da ação pública, essa concepção se conecta ao reconhecimento de que políticas ambientais e climáticas só podem ser eficazes se forem coproduzidas pelos governos e pela sociedade, o que envolve arranjos de corresponsabilidade e pactos territoriais.

#### 2.4 Campo de Públicas, gestão social e inovação

No Brasil, o Campo de Públicas consolidou-se como um espaço acadêmico e político interdisciplinar voltado à produção de conhecimento e a práticas orientadas pelo interesse público. Um de seus aportes mais significativos é a noção de gestão social, concebida como um processo dialógico e participativo de construção do bem comum, em contraposição aos modelos burocráticos e gerencialistas de administração pública (Tenório, 2005; Cançado; Tenório; Pereira, 2016).

Nesse sentido, Andion (2023) propõe compreender os ecossistemas de inovação social como arenas públicas nas quais diferentes atores interagem, produzem experimentações e constroem novas formas de governança. Essas inovações não se restringem à sociedade civil, pois também envolvem o Estado, o mercado e as universidades, em arranjos intersetoriais que podem ampliar a democracia e gerar respostas situadas para problemas complexos.

Sendo assim, o Campo de Públicas apresenta-se como um espaço privilegiado para analisar e sistematizar experiências de coprodução de políticas públicas voltadas à transição socioecológica, especialmente em contextos urbanos e territoriais, nos quais se articulam desigualdades históricas, pressões ambientais e inovação social.

#### 2.5 Agroecologia e agroecologia feminista

A agroecologia constitui-se como um campo científico, prático e político que busca integrar sustentabilidade ambiental, justiça social e viabilidade econômica. Para Altieri (2018), trata-se de um paradigma capaz de redesenhar sistemas agroalimentares,

articulando saberes técnicos e populares. Em contextos urbanos e periurbanos, sua aplicação ganha destaque por promover circuitos curtos de abastecimento, melhorar a segurança alimentar e fortalecer a resiliência socioecológica.

No Brasil, a agroecologia tem se articulado a movimentos sociais e a políticas públicas de inclusão produtiva, o que evidencia seu caráter de ciência cidadã (Carneiro, 2020). Além disso, autoras como Siliprandi (2015) destacam sua dimensão feminista ao reconhecer o protagonismo das mulheres na produção de alimentos, no cuidado com a terra e na transmissão de saberes. O vínculo entre agroecologia, gênero e juventude também foi explorado por Petersen e Dias (2014), que reconhecem a importância da sucessão familiar e da valorização do trabalho feminino para a sustentabilidade dos territórios.

Embora muitas experiências ainda não incorporem explicitamente esse enfoque, a literatura indica que a agroecologia feminista urbana e periurbana representa um horizonte promissor para a justiça climática. Ao integrar empoderamento econômico, sucessão geracional e economia do cuidado, essa abordagem amplia a potência transformadora da agroecologia como estratégia de transição socioecológica.

### **3 Metodologia**

O presente artigo adota uma abordagem qualitativa de caráter descritivo e analítico, fundamentada no estudo de caso. O objetivo é compreender como a experiência do **Rolê Agroecológico**, implementada no município de São Paulo, a partir de 2024, pode ser analisada como política pública intersetorial voltada à transição socioecológica.

Conforme estabelecido por Yin (2005), o estudo de caso é um método apropriado para investigar fenômenos contemporâneos em contexto real. Essa escolha metodológica é ainda reforçada por Flyvbjerg (2006), para quem os estudos de caso aprofundados são fundamentais para a produção de um conhecimento contextualizado e focado na prática (*phronesis*), essencial para compreender a complexidade de políticas públicas inovadoras e os jogos de poder inerentes à sua implementação.

As fontes de informação utilizadas incluem:

- a) relatórios técnicos e boletins produzidos no âmbito da execução do programa;

- b) dados quantitativos sobre número de vivências realizadas, participantes e unidades produtivas credenciadas;
- c) registros qualitativos oriundos de processos de monitoramento, governança e instrumentos de avaliação aplicados a estudantes, educadores e agricultores;
- d) sistematizações elaboradas pela equipe técnica responsável pela implementação do projeto.

A análise foi organizada em duas etapas complementares:

- a) descrição dos elementos constitutivos da política pública (objetivos, desenho institucional, arranjos de governança e resultados alcançados);
- b) interpretação analítica desses elementos à luz da literatura sobre governança socioecológica, inovação social e agroecologia.

Do ponto de vista da posição social ocupada pelos autores, é relevante mencionar que se trata de pesquisadores-praticantes vinculados ao Nia Hub, uma das OSCs parceiras na execução do projeto junto à Prefeitura de São Paulo, no âmbito do MROSC. Essa condição configura a pesquisa como uma sistematização de experiência, modalidade frequentemente empregada em estudos de políticas públicas. Caracteriza-se pela análise reflexiva de práticas institucionais a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos (Holliday, 2006).

Por um lado, tal posicionamento implica algumas limitações. Em primeiro lugar, supõe-se que há um risco de viés decorrente da proximidade dos autores com o objeto, o que pode afetar a neutralidade da análise. Para atenuá-lo, foram mobilizadas referências acadêmicas consolidadas e adotados procedimentos de validação interna e externa dos dados. Adotou-se como base a triangulação de diferentes fontes e naturezas de coleta — quantitativos (registros administrativos e bases oficiais) e qualitativos (relatórios técnicos, narrativas de campo e materiais pedagógicos). Essa etapa seguiu diretrizes de coerência interna e convergência entre evidências, de modo a fortalecer a validade interpretativa e a confiabilidade dos resultados. Em segundo lugar, considera-se que a pesquisa não se baseia em entrevistas externas ou observação direta independente, mas, sim, em documentação produzida e anexada em processos de prestação de contas públicas no âmbito do próprio projeto.

Por outro lado, essa abordagem oferece potencialidades significativas. A condição de pesquisadores-praticantes permite acesso a informações e processos internos que, em geral, permanecem invisíveis em pesquisas convencionais. Além disso, possibilita uma reflexão situada e crítica sobre os desafios da implementação de políticas públicas em escala real, especialmente em contextos urbanos complexos.

Dessa forma, a metodologia adotada busca equilibrar rigor acadêmico e sensibilidade prática, oferecendo uma análise que se ancora tanto na literatura do Campo de Públicas quanto na experiência concreta de formulação e execução de políticas públicas de transição socioecológica.

## **4 Resultados, análise e discussão**

### **4.1 O Rolê Agroecológico: descrição da experiência**

O Rolê Agroecológico 2024-2025 é uma iniciativa inovadora de política pública que busca integrar educação alimentar, nutricional, ambiental e territorial com a valorização da agroecologia. O projeto estabelece uma conexão direta entre estudantes do 6º ano da rede municipal, educadores e pequenos agricultores das zonas rural, periurbana e urbana de São Paulo. O momento central dessas ações são as vivências pedagógicas e as experiências imersivas em que os estudantes visitam unidades produtivas e parques municipais. Isso promove a construção de hábitos alimentares saudáveis, o consumo consciente, a preservação ambiental e o contato com a cultura local e a agroecologia.

A implementação do projeto fundamenta-se nos princípios da Teoria da Mudança, a qual é organizada em seis eixos de ação e cinco macroprocessos operacionais. Tais elementos orientam tanto a gestão quanto a execução das atividades. Os eixos abrangem ações logísticas, pedagógicas, administrativas e técnicas, sendo responsáveis por toda a organização das vivências, desde a elaboração dos roteiros até o suporte às unidades produtivas. Nesse escopo, incluem-se práticas de seleção e credenciamento de propriedades, fortalecimento das cadeias agroecológicas, formação de educadores e organização de roteiros pedagógicos. Busca-se, assim, garantir alinhamento com os valores de sustentabilidade.

Por sua vez, os macroprocessos representam as etapas essenciais à operacionalização do projeto. Incluem: a) o mapeamento e a mobilização dos participantes (unidades escolares

e produtores rurais); b) o credenciamento das unidades produtivas, o que funciona como uma porta de entrada ao projeto; c) o planejamento logístico e pedagógico; d) a realização das atividades em campo e e) o monitoramento e a avaliação contínuos dos resultados, com o objetivo de aprimorar constantemente as ações desenvolvidas.

Para que uma unidade produtiva possa sediar as vivências, ela deve passar pelo credenciamento, processo que assegura o padrão de qualidade, a sustentabilidade e o alinhamento aos princípios do projeto. Essa etapa avalia a adoção de práticas agroecológicas ou a disposição para iniciar a transição. Além disso, considera aspectos referentes à regularidade fiscal e à capacidade de receber grupos escolares, considerando aspectos como disponibilidade de água para consumo humano, infraestrutura de saneamento básico, segurança, acesso à emergência médica e aos recursos de acessibilidade. O cumprimento desses requisitos potencializa o papel dessas unidades como espaços de aprendizado e de emancipação produtiva para geração de renda.

Após o credenciamento, duas frentes de trabalho para o fortalecimento das unidades entram em ação: a assessoria técnica e a formação de produtores e produtoras. A assessoria técnica consiste em um atendimento especializado e personalizado, com diagnóstico de desafios, elaboração de planos de melhorias, recomendações de boas práticas agrícolas, manejo ambiental e estratégias de turismo regenerativo e pedagógico. Ademais, tem a finalidade de apoiar a transição agroecológica, promover o desenvolvimento institucional do produtor e fortalecer o elo entre produção e consumo consciente, com o suporte de nutricionistas especializados em Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

Quanto à formação, busca-se conduzir os envolvidos ao desenvolvimento de competências e habilidades. Para tal, utiliza-se processos educativos estruturados, presenciais e à distância, incluindo encontros síncronos e assíncronos. Essas ações estimulam a criação de redes de inteligência territorial e ampliam as capacidades de gestão, produção sustentável e geração de renda, fortalecendo a autonomia de produtores para a transição agroecológica e o aprimoramento de práticas socioeconômicas.

Nesse sentido, o Rolê Agroecológico vai além de ações pontuais de educação, constituindo-se como uma política pública de educação de base, integral, articulada e estratégica. Ele promove uma transformação nos vínculos entre o campo e a cidade, estimulando práticas agroecológicas, fortalecendo cadeias curtas de abastecimento e

fomentando a emergência de modelos econômicos sustentáveis, justos e participativos. Dessa forma, atua como catalisador de mudanças sociais e ambientais, reconhecendo na agroecologia uma poderosa ferramenta de desenvolvimento territorial e de valorização cultural. Também promove, sobretudo, uma nova forma de perceber o papel social da educação na construção de territórios mais justos e conscientes.

#### 4.2 Alcance do projeto: números e achados

O primeiro ciclo do Rolê Agroecológico consolidou-se como uma experiência transformadora ao promover um total de 671 participantes de vivências pedagógicas em unidades produtivas e parques municipais — lineares, urbanos e naturais —, envolvendo 14.363 estudantes e 1.481 educadores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

O credenciamento das unidades produtivas foi um marco do projeto, garantindo a seleção de propriedades alinhadas aos princípios da agroecologia e preparando outras para o início da transição agroecológica. Das 165 unidades interessadas, 69 foram credenciadas, superando a meta inicial (46), o que representou um crescimento de 102,9% em relação ao início do processo. Esse êxito deve-se em boa parte à atuação da assessoria técnica e à parceria com a SMDDET, que apoiou a regularização e a formalização das propriedades. Esse credenciamento não apenas qualificou os espaços para as vivências, mas também abriu novas oportunidades de geração de renda e fortalecimento de pequenos produtores. Além disso, 49 parques urbanos, lineares e naturais foram integrados aos roteiros, ampliando o alcance da proposta.

Por sua vez, a assessoria técnica destacou-se como um eixo estruturante da iniciativa, oferecendo suporte personalizado aos agricultores em temas como manejo sustentável, boas práticas sanitárias, nutrição, gestão de negócios e turismo regenerativo e pedagógico. Por meio desse auxílio, as propriedades foram preparadas para receber estudantes, aprimoraram a diversidade produtiva e incorporaram tecnologias verdes. A atuação técnica, combinada com o faturamento gerado pelas vivências, resultou em um impacto direto no fortalecimento econômico e institucional das unidades produtivas, com destaque para aquelas lideradas por mulheres (51,56% das credenciadas), por integrantes de movimentos sociais (7,2% das credenciadas provenientes de assentamentos urbanos) e por povos tradicionais (2,8% provenientes de aldeias indígenas). Tais números não apenas revelam o potencial econômico da agroecologia urbana, mas também evidenciam a viabilidade de políticas públicas orientadas pela economia verde, nas quais a

sustentabilidade ambiental e a justiça social constituem a base, e não os entraves, para a geração de renda.

Nas vivências, roteirizadas e integradas ao currículo escolar, os estudantes participaram de trilhas, oficinas sensoriais, rodas de conversa com agricultores e práticas de cuidado com a terra, além de compartilharem refeições coletivas preparadas com produtos locais. A experiência também foi inclusiva, contemplando 1.661 participantes com deficiências, condições alimentares específicas ou condições crônicas de saúde, por meio de ofertas adaptadas. Essa inclusão reafirma o direito de todas as pessoas às vivências pedagógicas significativas. Ao final de cada vivência, foram distribuídos kits agroecológicos — no total de 18.140 —, sendo 75% produzidos pelas próprias unidades visitadas. Essa etapa permitiu reforçar a conexão entre produção e consumo consciente, estendendo o impacto da experiência aos núcleos familiares dos estudantes. Além disso, foram servidas 15.567 refeições, das quais 97,4% eram biodiversas e valorizavam alimentos típicos da região, incluindo Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) e cardápios adaptados a restrições alimentares, elaborados com a orientação de nutricionistas.

Em relação à receita direta gerada pelo projeto, foi proveniente da venda de ingressos (R\$ 15,00 para experiências de tempo parcial e R\$ 30,00 para as de tempo integral), das refeições (R\$ 40,00) e dos kits agroecológicos (R\$ 25,00). Tais valores foram faturados conforme o tipo de experiência credenciada e o número de participantes por vivência. Esses itens representaram um faturamento total de R\$ 1.428.837,50 para as unidades produtivas, com a seguinte distribuição: 42,7% referente à refeição<sup>4</sup>; 30,7% a kits agroecológicos<sup>5</sup> e 26,6% a ingressos para visita dos espaços.

Portanto, o Rolê Agroecológico demonstra, na prática, que a promoção de uma transição socioecológica nas cidades é viável, promovendo equidade e participação social e

---

<sup>4</sup> Composição das refeições segundo Guia de Planejamento de Cardápios para a Alimentação Escolar (FNDE, 2022): prato base 1 — composto por um alimento minimamente processado do grupo dos cereais, fonte de carboidratos; prato base 2 — composto por um alimento do grupo das leguminosas, fonte de fibras e demais nutrientes presentes nessa categoria de alimentos; prato principal — composto por um alimento com maior oferta de proteína, de origem animal ou vegetal; guarnição ou salada — composta por hortaliças, legumes e/ou PANC, priorizando a oferta de alimentos sazonais e/ou orgânicos, com foco em variedades locais; sobremesa — à base de fruta(s) da época, preferencialmente orgânica(s), com uso mínimo de açúcares adicionados e bebida — composta por suco natural de fruta(s) preferencialmente orgânica(s) ou água saborizada sem adição de açúcares.

<sup>5</sup> A composição mínima dos kits agroecológicos foi de quatro itens diferentes, distribuídos entre os seguintes grupos alimentares: Grupo A — formado por um item, preferencialmente um tipo de legume, raiz ou fruta; Grupo B: formado por dois itens, preferencialmente um tipo de folha e/ou refogado e Grupo C — formado por um item, preferencialmente um tipo de tempero, PANC ou muda de planta.

conectando educação, produção local e regeneração ambiental. Ao consolidar circuitos territoriais de abastecimento e cuidado, o projeto pode reposicionar o papel da economia no enfrentamento das desigualdades urbanas e na resposta à emergência climática — fato corroborado pela alta percepção de satisfação dos públicos envolvidos. Por exemplo, a aplicação da ferramenta Net Promoter Score (NPS)<sup>6</sup> demonstrou resultados expressivos: 81 para estudantes; 79 para educadores e 100 para produtores, indicando a formação de uma massa crítica de promotores da iniciativa.

Para além dos números, o Rolê Agroecológico consolidou-se como um território político-pedagógico, ressignificando a relação entre ambiente escolar, alimentação e natureza. Ao reconhecer o alimento como cultura, saúde, afeto e direito, o projeto transcendeu abordagens fragmentadas de educação ambiental ou alimentar e nutricional, apostando em experiências integradoras e emancipatórias que fortalecem a agroecologia como caminho para a sustentabilidade urbana.

Dessa forma, ao fomentar uma economia sustentável com base territorial, cultural e inclusiva, o projeto oferece pistas concretas para a formulação de políticas públicas de nova geração, capazes de enfrentar os desafios urbanos do século XXI com coerência ecológica e justiça social.

#### 4.3 Governança intersetorial e arranjos socioestatais

O desenho do Rolê Agroecológico caracteriza-se por um modelo de governança intersetorial, isto é, pela articulação entre múltiplas instâncias da administração pública e de atores da sociedade civil na formulação e na implementação de ações. Essa arquitetura de gestão, que dialoga com a perspectiva dos **ecossistemas de inovação social** (Andion, 2023), configura arenas públicas em que diversas instituições interagem, negociam e coproduzem soluções para desafios complexos inerentes à transição socioecológica.

Do ponto de vista institucional, o programa mobiliza:

- a) **secretarias municipais**: responsáveis pelo financiamento, pela articulação de políticas e pelo alinhamento com planos setoriais (como o Currículo da Cidade, de

---

<sup>6</sup> O Net Promoter Score (NPS) é uma ferramenta de avaliação da satisfação que pode ser aplicada a beneficiários em relação ao projeto. Baseia-se em uma única pergunta central: “Em uma escala de 0 a 10, qual a probabilidade de você recomendar esta experiência a outra pessoa?” As respostas são classificadas em três grupos: detratores (0 a 6), neutros (7 e 8) e promotores (9 e 10). O índice final resulta da subtração do percentual de detratores do percentual de promotores, variando de -100 a +100.

2024, nas diretrizes sobre educação ambiental e educação alimentar e nutricional; o Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, de 2022, e a Lei Municipal de Alimentação Escolar Orgânica, de 2015);

- b) **OSCs**: parceiros no marco do MROSC (Lei nº 13.019/2014), responsáveis pela execução, pela formação de produtores, pelos agentes de meio ambiente e saúde e educadores e pelo credenciamento e pela assessoria técnica às unidades produtivas;
- c) **escolas e comunidades**: integram as vivências ao currículo pedagógico, promovendo a articulação entre teoria e prática e enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem com experiências concretas e contextualizadas, que transcendem os limites da sala de aula;
- d) **agricultores e agricultoras urbanos, periurbanos e rurais**: desempenham múltiplos papéis, como produtores, educadores sociais e mediadores de saberes ancestrais, compartilhando seus conhecimentos e suas experiências com os estudantes e fomentando a valorização da cultura local e da biodiversidade.

Essa intrincada rede de governança combina planejamento estruturado com capacidade de adaptação contínua — em diálogo com Folke *et al.*, 2005 —, otimizando recursos e ampliando o alcance das ações. Como todo arranjo colaborativo situado em contextos urbanos complexos, a governança adaptativa e intersetorial não está isenta de desafios e tensões. Questões como a necessidade de alinhamento entre múltiplos atores, a coordenação interinstitucional e a sustentabilidade de longo prazo demandam constante negociação e aprendizagem coletiva. Nesse contexto, o MROSC assume um papel central, pois estimula a atuação em rede entre poder público e sociedade civil, oferece um arcabouço legal e institucional que favorece a coprodução de soluções e também contribui para mitigar parte dessas tensões, estabelecendo regras claras, mecanismos de transparência e espaços de corresponsabilidade.

Em relação à parceria entre a prefeitura e as OSCs, como o Cren e o Nia Hub, pontua-se que não apenas viabilizou a implementação de vivências pedagógicas, mas também fomentou um novo paradigma de gestão pública, alicerçado na colaboração, na transparência e na valorização dos saberes locais (Ostrom, 1990). Essa dinâmica evidencia que a governança adaptativa é um processo em construção, permeado por ajustes e recomposições permanentes. Sua força reside justamente na capacidade de

aprender e de se reinventar frente à complexidade do território. Ao ser apropriado de forma estratégica, o MROSC contribui para a construção de uma cultura de governança mais democrática e participativa, impulsionando a transição socioecológica em direção a um futuro mais justo e sustentável.

Quanto ao Rolê Agroecológico, conclui-se que promove uma "dupla entrada" nas políticas públicas e na gestão social, combinando estratégias de credenciamento e assessoria às unidades produtivas. Ao democratizar o acesso de agricultores e agricultoras ao universo de ações de fomento e indução promovidas pelo Estado, o credenciamento garante seu reconhecimento e sua inclusão na agenda governamental. Por sua vez, a assessoria técnica fortalece a autonomia dos produtores e garante as condições para que avancem em trajetórias próprias de geração de renda, inclusão produtiva e soberania alimentar (Altieri, 2018).

Dessa forma, o programa atua simultaneamente no plano institucional — abrindo portas e assegurando visibilidade política — e no plano territorial — consolidando capacidades locais e viabilizando a continuidade das práticas agroecológicas. Ao fazê-lo, o Rolê Agroecológico alinha-se ao conceito de cidade educadora (Trilla; Novella, 2001), o qual pressupõe que o aprendizado e o desenvolvimento social não se restringem aos muros da escola, pois permeiam todos os espaços da cidade, transformando-a em um ambiente de aprendizagem contínuo e de construção de cidadania (Dewey, 1981). Por isso, ao integrar a produção local, a educação e a valorização do território, o projeto contribui para a construção de uma cidade mais justa, sustentável e educadora, consolidando a agroecologia como um vetor de transformação social e ambiental.

#### 4.4 Transição socioecológica na perspectiva de produtores e produtoras

Do ponto de vista conceitual, o Rolê Agroecológico mostra que a transição socioecológica não é uma agenda ambiental isolada, uma vez que envolve dimensões educativas, culturais e econômicas. A produção da agricultura urbana, periurbana e rural, segundo a percepção dos próprios beneficiários, fortalece os circuitos curtos de abastecimento, reduz as emissões associadas ao transporte de alimentos, valoriza a biodiversidade e promove o uso sustentável do solo. Além disso, amplia a segurança alimentar de populações periféricas e gera oportunidades de renda em territórios marcados pela vulnerabilidade social. Nesse sentido, o projeto ilustra a tese de que políticas alimentares locais podem constituir laboratórios de transição socioecológica, capazes de articular

múltiplas agendas — climática, alimentar, educacional e produtiva — em arranjos integrados.

Essa compreensão é compartilhada pelos próprios produtores e pelas próprias produtoras, em constante diálogo com as equipes executoras do projeto nos territórios. A percepção majoritária é de que o Rolê Agroecológico fomenta processos de emancipação. Por exemplo, paralelamente às atividades do projeto, agricultores e agricultoras relatam que vêm firmando parcerias com unidades de ensino privadas para o fornecimento de vivências pedagógicas e de alimentos de base agroecológica e orgânica. Também afirmam que estão se incluindo em novos circuitos econômicos e culturais, como o cadastramento das unidades no projeto Vai de Roteiro<sup>7</sup> e a participação em feiras livres municipais. Como resultado, tais ações ampliam a visibilidade e a diversificação das oportunidades de comercialização de seus produtos.

Por sua vez, a assessoria técnica foi condicionante para o fortalecimento de capacidades institucionais em aproximadamente 90% das unidades produtivas, incluindo procedimentos como regularização fiscal, adequação sanitária e melhoria das condições de acolhimento. Foi isso que tornou possível seu credenciamento e sua permanência, além do crescimento desses empreendimentos. A ampliação de capacidades estimula o acesso às linhas de crédito e ao financiamento de plantio e às comercializações vinculadas a políticas públicas, como o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esse processo reforça a articulação entre as práticas agroecológicas e os mecanismos de fomento estatal. Além disso, estimula avanços na condução de processos de regularização de posse, propriedade e uso da terra, promovendo maior segurança jurídica e democratização do acesso e pertencimento à terra como condição de cidadania e desenvolvimento territorial.

No plano subjetivo, os agricultores relatam ganhos de autoconfiança, autoestima e percepção renovada de sua própria potência. Muitos ingressaram no projeto com insegurança e passaram a se reconhecer como educadores sociais, capazes de dialogar com unidades escolares, comunidades e visitantes. Por isso, em síntese, a partir da voz de

---

<sup>7</sup> O Vai de Roteiro é uma iniciativa da Prefeitura de São Paulo por meio da Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR) — ou órgãos vinculados —, que oferece passeios guiados gratuitos para explorar diferentes atrativos da cidade, com foco especial nas áreas naturais, culturais e agroecológicas.

produtores e produtoras, a transição agroecológica fomentada pelo Rolê não se limita às práticas produtivas, pois gera ciclos virtuosos de inovação social, inclusão produtiva e soberania alimentar, consolidando a agroecologia como horizonte sustentável e emancipatório para o campo e a cidade.

#### 4.5 Oportunidades de escala e institucionalização

A implementação do Rolê revela resultados expressivos e oportunidades estratégicas tanto para o seu próprio amadurecimento e consolidação quanto para a proliferação de ações estruturantes no município, contribuindo para uma "cultura" da transição socioecológica.

Nesse cenário, a institucionalização do programa constitui-se como um elemento facilitador. O fato de o Rolê estar previsto no Programa de Metas 2025-2028, da Prefeitura de São Paulo (meta 106), sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET), é um indicador de prioridade estratégica. Portanto, o próximo passo é garantir que essa prioridade traduza-se em dotação orçamentária estável, mediante sua integração a instrumentos de longo prazo (como o Plano Diretor e o Plano Municipal de Educação), e no fortalecimento de mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação. Esses aspectos conectam-se à literatura sobre governança adaptativa, que enfatiza a importância dos sistemas de aprendizado contínuo e dos mecanismos de retroalimentação (Folke *et al.*, 2005) para que políticas inovadoras possam ir além dos processos de gestão e se tornem patrimônio público.

Outra oportunidade central diz respeito à ampliação de escala. São Paulo é uma metrópole de mais de 11 milhões de habitantes, com grande diversidade socioespacial. Por isso, a expansão das vivências para toda a rede municipal exige capacidade de adaptação, conhecimento holístico do território, organização e estratégia de gestão. Caso sejam desenvolvidas para lidar com a complexidade paulistana, essas competências podem criar um repertório replicável para outras regiões e contextos.

Por conseguinte, superar os desafios de logística e de recursos é fundamental, mas a experiência demonstrou que a escalabilidade não é apenas uma questão técnica, mas também, sobretudo, uma construção política. Ela envolve a formação de pactos institucionais robustos, o fortalecimento da capacidade de governança e o

reconhecimento dos agricultores como atores centrais para a construção de políticas educacionais coerentes com as demandas de transição socioecológica.

De qualquer forma, a própria dimensão da mobilidade pode se transformar em estratégia de replicabilidade. Para tal, deve ser pautada como oportunidade de garantia de direitos à cidade e à geração de renda a partir de desenhos inclusivos e sustentáveis de infraestrutura que conectem os meios urbano, periurbano e rural. Assim, a escala territorial de municípios como São Paulo, ao mesmo tempo que impõe desafios à mobilidade e ao transporte dos estudantes, pode propiciar desenhos de estratégias de logística funcionais e compatíveis com a oferta de serviços de mercado, considerando restrições como a escassez de frotas adaptadas para pessoas com mobilidade reduzida e a viabilidade econômica do custo *per capita*. Dessa forma, superar esse desafio é central para a própria vocação da política, assim como tornar acessíveis os territórios rurais e periurbanos como espaços educativos vitais à transição socioecológica.

#### 4.6 Perspectivas de futuro: agroecologia feminista urbana e periurbana

Embora o Rolê Agroecológico não tenha sido explicitamente concebido sob uma lente feminista, os dados revelam que a maioria das unidades produtivas credenciadas é liderada por mulheres. Muitas delas são negras e oriundas de áreas periféricas. Essa constatação revela uma interessante divergência em relação às unidades que inicialmente manifestaram interesse no credenciamento, que são majoritariamente compostas por homens. O fato de as mulheres terem se fortalecido para cumprir os requisitos evidencia o protagonismo feminino na emancipação da agroecologia urbana e a centralidade da economia do cuidado para a sustentabilidade dos territórios, em sintonia com discussões globais sobre a importância do reconhecimento do trabalho de cuidado para a resiliência socioecológica (Fraser, 2024).

Ademais, a literatura recente tem apontado a agroecologia feminista como uma vertente estratégica que pode auxiliar a justiça climática e a promoção da igualdade de gênero no campo (Siliprandi, 2015). Estudos demonstram o papel decisivo das mulheres agricultoras na preservação ambiental, na transmissão de saberes tradicionais e na construção da resiliência comunitária. Esse quadro confirma tendências globais de valorização do conhecimento local e da participação das mulheres em processos de tomada de decisão (IPCC, 2023). Nesse sentido, a valorização da sucessão geracional e do trabalho feminino na agricultura familiar, como apontam Petersen e Dias (2014),

também se mostra alinhada aos movimentos globais de fortalecimento da agricultura familiar e de promoção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis (Food System Economics Commission, 2022).

Nesse horizonte, experiências futuras poderiam integrar, de forma ainda mais explícita, elementos como as dimensões de empoderamento econômico, a sucessão geracional para a agricultura e a economia do cuidado, fortalecendo a agroecologia feminista urbana e periurbana como vetor de transformação social e ambiental. A criação de *hubs* de agricultoras e de selos de sucessão jovem são exemplos de iniciativas que podem ampliar a potência transformadora de programas como o Rolê, permitindo que iniciativas locais conectem-se às redes globais de produção e consumo responsável.

Complementarmente, o futuro aponta para o fortalecimento da agricultura rural, urbana e periurbana, conectando territórios e garantindo melhoria da qualidade de vida de agricultores e agricultoras em todo o mundo. O avanço da agroecologia como política pública pode contribuir, de forma decisiva, para a redução da pobreza rural e urbana e para a construção de uma visão de futuro que tenha em vista as próximas gerações. Tal capacidade deve se orientar por princípios de equidade, sustentabilidade e justiça social, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (Schwartzman; Machado; Norde, 2025).

A consolidação de processos de planejamento territorial e ambiental pode ser igualmente estratégica, permitindo que os territórios organizem-se, de forma integrada, para enfrentar os desafios climáticos e sociais. Essa necessidade mostra-se cada vez mais urgente diante do acirramento das desigualdades e da crise ambiental em escala global (Van Neste; Melé; Larrue, 2024).

Por fim, a agroecologia feminista urbana e periurbana também deve ser compreendida como vetor de desenvolvimento econômico local, capaz de dinamizar cadeias produtivas, valorizar saberes comunitários e sustentar uma transição socioecológica enraizada na justiça social e na pluralidade dos modos de vida, contribuindo, assim, para a construção de sociedades mais justas, igualitárias e resilientes em todo o mundo.

## 5 Considerações finais

A análise do Rolê Agroecológico demonstra que a transição socioecológica, conceito ainda em disputa e conformação, pode ser observada não apenas como horizonte normativo, mas também como prática em construção em um dado território. As experiências de credenciamento e assessoria de unidades produtivas, de governança intersetorial e socioestatal, de vivências pedagógicas e de integração curricular evidenciam que é possível articular mitigação e adaptação climática, inclusão produtiva e justiça social em arranjos locais, ainda que estejam permeados por limites de escala, tempo e institucionalidade.

Nesse percurso, o artigo mostra como o Campo de Públicas é convocado a operar na condição de mediador entre teoria e prática, sistematizando aprendizados de iniciativas concretas e desenvolvendo categorias analíticas que possam orientar novos ciclos de política. Nesse âmbito, a circulação entre prática e reflexão é tanto um recurso metodológico quanto uma condição de possibilidade para lidar com a urgência climática e com as desigualdades estruturais que marcam os territórios urbanos brasileiros.

Além disso, o Rolê mostra que a agroecologia urbana e periurbana pode ser compreendida como uma tecnologia social (Dagnino, 2010), pois combina saberes populares e técnicos, produz soluções apropriadas às comunidades e gera efeitos em múltiplas dimensões (econômica, ambiental, educativa e cultural). Essa aproximação abre espaço para a proposição de uma matriz conceitual e metodológica ainda em elaboração pelas autoras — que seria algo como uma **Tecnologia Socioecológica Sustentável** (TSS). Não se trata de um modelo acabado, mas, sim, de uma lente que integra três dimensões complementares: a) práticas concretas enraizadas em territórios, b) arranjos institucionais que lhes dão escala e permanência e c) referenciais teóricos que legitimam e qualificam sua sistematização.

Ainda que incipiente, a TSS aponta para um campo fértil de investigação e prática, capaz de articular economia verde, economia do cuidado e economia azul em políticas públicas orientadas pela democracia, pelo cuidado e pela justiça socioecológica. Como toda tecnologia social, trata-se de um processo em construção coletiva, que exige experimentação, avaliação e reapropriação contínua pelos atores envolvidos.

Nessa esteira, abrem-se múltiplas dimensões a serem exploradas. Dentre elas, a perspectiva feminista e interseccional da agroecologia, que oferece importantes contribuições para repensar as dinâmicas de poder, os modos de governar e as relações de cuidado nos territórios. Ao reconhecer o papel das mulheres e das práticas comunitárias na sustentação da vida, essa abordagem amplia a compreensão da governança adaptativa, incorporando princípios de reciprocidade, solidariedade e corresponsabilidade. Também lida com limitações estruturantes no território, como a perspectiva de sucessão geracional da produção na terra.

Conclui-se, portanto, que o Rolê Agroecológico, ao mesmo tempo em que produziu resultados concretos em São Paulo, também deixou pistas conceituais e metodológicas para promover uma futura agenda de pesquisa. Ela pode ser resumida da seguinte forma: experiências locais podem ser interpretadas como protótipos de uma transição socioecológica que se constrói na prática, mas que precisa ser identificada, analisada e legitimada para inspirar políticas em escalas mais amplas. A proposta da TSS, aqui apenas ensaiada, constitui um convite para que a comunidade acadêmica e os gestores públicos se engajem na tarefa coletiva de desenhar os contornos de um novo conceito e de uma nova ferramenta metodológica, à altura dos desafios do nosso tempo.

## **Referências**

ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios para o sistema alimentar global. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 73, n. 1, p. 53-57, 2021. Disponível em:

[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252021000100011](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252021000100011). Acesso em: 21 out. 2025.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O agro e a sociedade brasileira**: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 2000.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecology**: principles and strategies for a sustainable agriculture. New York: CRC Press, 2018.

ANDION, Carolina. Social innovation, experimentalism, and public governance: an ethnographical approach to study public arenas in the city. **Brazilian Administration Review**, Maringá, v. 20, n. 2, e220124, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/bar/a/pDPmp8pDbFHq9cszCJK4pvy/?lang=en>. Acesso em: 22 out. 2025. <https://doi.org/10.1590/1807-7692bar2023220124>.

ARMITAGE, Derek; BERKES, Fikret; DOUBLEDAY, Nancy (ed.). **Adaptive co-management**: collaboration, learning and multi-level governance. Vancouver: UBC

Press, 2007. Disponível em: <https://www.ubcpres.ca/asset/9067/1/9780774813839.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2025.

BERKES, Fikret; FOLKE, Carl (ed.). **Linking social and ecological systems**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

BRANDÃO, Ana Laura; CASEMIRO, Juliana Pereira; PERES, Frederico (org.). **Insegurança alimentar e emergência climática: sindemia global e um desafio de saúde pública na América Latina**. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público [...]. Brasília, DF, 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm). Acesso em: 28 out. 2025.

BULKELEY, Harriet. Cities and the governing of climate change. **Annual Review of Environment and Resources**, San Mateo, v. 35, n. 1, p. 229-253, 2010.

CANÇADO, Vanessa L.; TENÓRIO, Fernando G.; PEREIRA, João Marcelo. Gestão social como um campo da administração: uma análise a partir de seus fundamentos epistemológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 929-946, nov./dez. 2016.

CARNEIRO, Flávio. **Agroecologia: fundamentos, experiência e desafios**. Curitiba: Editora UFPR, 2020.

DAGNINO, Renato (org.). **Tecnología social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2. ed. Campinas: Komedi, 2010. Disponível em: [https://cdt.unb.br/images/CEDES/2010\\_FERRAMENTA\\_TEC\\_SOCIAL\\_LIVRO.pdf](https://cdt.unb.br/images/CEDES/2010_FERRAMENTA_TEC_SOCIAL_LIVRO.pdf). Acesso em: 22 out. 2025.

DALY, Herman E. **Ecological economics and sustainability**. New York: Routledge, 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DEWEY, John. **John Dewey: the later works, 1925-1953: experience and nature**. Illinois: Southern Illinois University Press, 1981. v. 1. (Series collected works of John Dewey).

FLYVBIERG, Bent. Five misunderstandings about case-study research. **Qualitative Inquiry**, Thousand Oaks, v. 12, n. 2, p. 219-245, 2006.

FOLKE, Carl *et al.* Adaptive governance of socio-ecological systems. **Annual Review of Environment and Resources**, San Mateo, v. 30, p. 441-473, 2005.

FOOD SYSTEM ECONOMICS COMMISSION. **The economics of the food system transformation**. Londres: FSEC, 2022. Disponível em: <https://foodsystemeconomics.org/>. Acesso em: 13 set. 2025.

FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso**. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **Planejamento de cardápios para a alimentação escolar**. Brasília, DF: FNDE, 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/MANUAL\\_V8.pdf](https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/MANUAL_V8.pdf). Acesso em: 28 out. 2025.

GUZMÁN, Miriam; WOODGATE, George. Agroecology and rural development: a review. **Journal of Rural Studies**, Amsterdam, v. 32, p. 104-112, 2013.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Climate change 2023 synthesis report**: contribution of working groups I, II and III to the sixth assessment report of the intergovernmental panel on climate change. Geneva: IPCC, 2023.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PETERSEN, Patrícia; DIAS, Tainã. Agroecologia, gênero e juventude: reflexões e experiências no contexto da agricultura familiar brasileira. **Revista Retratos de Assentamentos**, [s.l.], v. 17, n. 1, p. 10-28, 2014.

POLO DE ECOTURISMO DE SÃO PAULO. **Vai de roteiro**. São Paulo: SMTur, 2024. Disponível em: <https://polodeecoturismosp.com/o-que-fazer/experiencias/vai-de-roteiro/>. Acesso em: 13 set. 2025.

SÃO PAULO (Município). **Decreto nº 51.801, de 14 de setembro de 2010**. Confere nova regulamentação à Lei nº 13.727, de 12 de janeiro de 2004, que cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - PROAURP no Município de São Paulo e define suas diretrizes; revoga o Decreto nº 45.665, de 29 de dezembro de 2004. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-51801-de-21-de-setembro-de-2010>. Acesso em: 22 out. 2025.

SÃO PAULO (Município). **Decreto nº 56.913, de 4 de abril de 2016**. Regulamenta a Lei nº 16.140, de 17 de março de 2015 [...]. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-56913-de-05-de-abril-de-2016>. Acesso em: 23 out. 2025.

SÃO PAULO (Município). **Lei nº 13.727, de 12 de janeiro de 2004**. Cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - PROAURP no município de São Paulo e define suas diretrizes. São Paulo, 2004. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-13727-de-12-de-janeiro-de-2004>. Acesso em: 22 out. 2025.

SÃO PAULO (Município). **Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014**. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16050-de-31-de-julho-de-2014>. Acesso em: 22 out. 2025.

SÃO PAULO (Município). **Lei nº 16.140, de 17 de março de 2015**. Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar no âmbito do sistema municipal de ensino de São Paulo e dá outras providências. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao->

[paulo/lei-ordinaria/2015/1614/16140/lei-ordinaria-n-16140-2015-dispoe-sobre-a-obrigatoriedade-de-inclusao-de-alimentos-organicos-ou-de-base-agroecologica-na-alimentacao-escolar-no-ambito-do-sistema-municipal-de-ensino-de-sao-paulo-e-das-outras-providencias](https://www.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-ordinaria/2015/1614/16140/lei-ordinaria-n-16140-2015-dispoe-sobre-a-obrigatoriedade-de-inclusao-de-alimentos-organicos-ou-de-base-agroecologica-na-alimentacao-escolar-no-ambito-do-sistema-municipal-de-ensino-de-sao-paulo-e-das-outras-providencias). Acesso em: 23 out. 2025.

SÃO PAULO (Município). **Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável 2022-2030**. São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, 2022. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/> Acesso em: 13 set. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da cidade: educação alimentar e nutricional**. São Paulo: SME, 2024. Disponível em: <https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/acervo/curriculo-da-cidade-educacao-alimentar-e-nutricional-orientacoes-pedagogicas/>. Acesso em: 13 set. 2025.

SCHWARTZMAN, Flávia; MACHADO, Luciana; NORDE, Maria Madalena. ODS 2: fome zero e agricultura sustentável. In: CARVALHO, Ana Maria de; MACHADO, Ana Débora; MARCHIONI, Dirce Maria Lobo (org.). **Sistemas alimentares e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2025. p. 33-49. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1524>. Acesso em: 23 out. 2025.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. Disponível em: [https://alimentacaosaudavel.org.br/wp-content/uploads/2022/11/69.Mulheres\\_e\\_agroecologia\\_transformando\\_o\\_campo\\_as\\_florestas\\_e\\_as\\_pessoas.pdf](https://alimentacaosaudavel.org.br/wp-content/uploads/2022/11/69.Mulheres_e_agroecologia_transformando_o_campo_as_florestas_e_as_pessoas.pdf). Acesso em: 23 out. 2025.

STEELMAN, Toddi. Adaptive governance. In: ANSELL, Christopher; TORFING, Jacob (ed.). **Handbook on theories of governance**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2016. p. 580-591.

SWINBURN, Boyd A. *et al.* The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change: the Lancet Commission report. **The Lancet**, London, v. 393, n. 10173, p. 791-846, 2019. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(18\)32822-8/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(18)32822-8/fulltext). Acesso em: 23 out. 2025.

TENÓRIO, Fernando G. Administração pública e sociedade: a gestão social como forma de ampliar a democracia. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 7-26, jan./fev. 2005.

TRILLA, Jaume; NOVELLA, Ana. Educación y participación social de la infancia. **Revista Iberoamericana de educación**, Madrid, v. 26, p. 137-164, 2001.

VAN NESTE, Sophie; MELÉ, Patrice; LARRUE, Corinne. **Transitions socioécologiques et milieux de vie: entre expérimentation, politisation et institutionnalisation**. Montreal: Presses de la Université de Montreal, 2024.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Recebido em: 13/09/2025

Aceito em: 09/10/2025